



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

A Câmara Municipal de Bambuí/MG torna público, para conhecimento dos interessados, **que do dia 27 de março de 2026 até às 23h59 do dia 31 de março de 2026**, através do e-mail compraslicitacaocmb@gmail.com, serão aceitas propostas para a Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Aviso de Dispensa de Licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem sem motor dos veículos pertencentes à frota deste Poder Legislativo, conforme especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência deste Aviso de Dispensa de Licitação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente dispensa os interessados que atenderem a todas as especificações do objeto, conforme Termo de Referência e aos documentos previstos neste Aviso de Dispensa.

2.1.1. O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser anexado ao sistema juntamente da proposta, contendo pelo menos, os seguintes elementos:

- a) designação do consórcio e sua composição;
- b) finalidade do consórcio;
- c) prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do Contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o Contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;
- h) compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Município até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste item.

2.1.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



2.1.2.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei de nº 5764/71, a Lei de nº 12.690/12, e a Lei Complementar de nº 130/09.

2.1.2.2. Apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

2.1.2.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

2.1.2.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei de nº 12.690/12, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os interessados que:

2.2.1. Se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.

2.2.2. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.2.3. Sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

2.2.4. Seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.2.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.2.5. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.2.5.1. A vedação se estende para eventuais empresas subcontratadas.

2.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.3. Em razão do valor, as empresas participantes deverão ser ME, MEI ou EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da LC 123/06.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. A empresa interessada em participar desta dispensa deverá encaminhar a proposta de preços, conforme modelo do **ANEXO III – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE PROPOSTA – PROPOSTA DE PREÇOS**, exclusivamente por meio do e-mail compraslicitacaocmb@gmail.com, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste documento

3.2. A proposta de preços deverá conter a descrição do objeto, a marca do produto, quando for o caso, o valor unitário e total, prazo de entrega de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da requisição.

3.3. A proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número deste Aviso, devendo preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone da empresa licitante e dados bancários.

3.4. Na proposta de preços deverá conter declaração de que o preço proposto, constitui a única e completa remuneração, e compreende a integralidade do lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 Ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Agente da Contratação verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

4.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao prestador de serviço que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais prestadores de serviço classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

4.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraselicitacaocmb@gmail.com



4.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis.

4.6. Será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Aviso, com o preço de mercado e que **OFERTAR O MENOR PREÇO GLOBAL**.

4.6.1. Será desclassificada:

a) a proposta que não atender às exigências deste aviso de dispensa ou seus Anexos, desde que insanável;

b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível;

c) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

4.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta, a qual poderá ser ajustada pelo prestador de serviço, no prazo de 1 (um) dia útil, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10 Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1. O prestador de serviço terá o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação do recurso.

5.2. A petição devidamente fundamentada deverá ser encaminhada através do endereço eletrônico compraselicitacaocmb@gmail.com, no prazo estabelecido no item 5.1.

5.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.4. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação no endereço eletrônico www.camarabambui.mg.gov.br

5.5. Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



6. DO CONTRATO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O prazo para assinatura do Contrato ou aceitação do instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta/Autorização) será de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de sua convocação, e poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo prestador de serviço durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

6.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da data de seu recebimento.

6.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.4.1 a referida Nota está substituindo o Contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.5 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Contrato, podendo ser rescindido ou prorrogado a critério das partes, em conformidade com os termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DO RECEBIMENTO

7.1. Os serviços constantes no objeto deste Aviso de Dispensa serão realizados na sede da Câmara Municipal de Bambuí/MG, situado na Av. João Paulinelli de Carvalho, 370 – Açudes, Bambuí/MG

7.2. Concluída a prestação dos serviços que são objeto deste Aviso de Dispensa, o recebimento do mesmo dar-se-á:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização;

b) definitivamente, por servidor especialmente designada pela Portaria nº 024/2025-CMB, mediante Termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.3. A nota fiscal, sem qualquer rasura, deve ser emitida pelo prestador de serviço, em nome da Câmara Municipal de Bambuí/MG e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



8. SANÇÕES

8.1 Incorre em infração administrativa o prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do Contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida neste Processo de Dispensa;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

X - considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores de serviço, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - propor recursos manifestamente protelatórios desta Dispensa;

XIV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XV - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do Contrato;

XVI - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVII - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XVIII - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do Contrato;

XIX - tolerar, no cumprimento do Contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XX - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXI - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXII - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



XXIII - induzir a Administração em erro;

XXIV - apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXVI - subcontratar serviço em Contrato em que não há essa possibilidade;

XXVII - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

8.2 O prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do Contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do Contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste Aviso;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste Aviso;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Aviso;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste Aviso;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do Contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida neste Processo de Dispensa;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução total do Contrato;
- c) fraudar o Processo de Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato.
- d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Processo de Dispensa;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o Processo de Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato.
- b) cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do Contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

8.3 Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O procedimento será divulgado no site oficial da Câmara Municipal de Bambuí, no endereço eletrônico www.camarabambui.mg.gov.br, e no Quadro de Avisos deste Poder Legislativo.

9.2 No caso de todos os prestadores de serviço restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1 republicar o presente Aviso com uma nova data;

9.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 no caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



9.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer prestadores de serviço interessados (procedimento deserto).

9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos prestadores de serviço, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5 Caberá ao prestador de serviço acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.

9.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9 Os prestadores de serviço assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Aviso, será competente o juízo da Comarca de Bambuí/MG.

9.12 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente aviso deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Agente da Contratação na Câmara Municipal de Bambuí/MG, por e-mail compraslicitacaocmb@gmail.com.

9.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

9.14 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Documento de Formalização de Proposta.

Bambuí, 26 de março de 2026.

GUILHERME GASPAR BOTREL TEIXEIRA

Agente de Contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviço de lavação sem motor dos veículos pertencentes à frota deste Poder Legislativo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Prestação de serviço de lavação, sem motor, dos veículos pertencentes à frota deste Poder Legislativo.	40

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A presente contratação justifica-se pela necessidade de manter os veículos pertencentes à frota deste Poder Legislativo em adequadas condições de limpeza, conservação e apresentação, contribuindo para a preservação do patrimônio público e garantindo melhores condições de uso e segurança aos usuários. A prestação de serviço de lavação sem motor mostra-se adequada por atender às demandas de higienização externa e interna dos veículos de forma eficiente, econômica e ambientalmente responsável, evitando o desgaste de componentes mecânicos e reduzindo o consumo excessivo de água. Além disso, a terceirização do serviço se revela mais vantajosa do que a execução direta, tendo em vista a inexistência de estrutura, equipamentos e pessoal próprio para a realização contínua dessa atividade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A contratação se dará na modalidade **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no art. 75, II da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

O critério de julgamento será de menor preço, conforme inciso I, art. 33, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando-se o **MENOR PREÇO GLOBAL**, devido à natureza do objeto.

Essa solução mostra-se a mais adequada, uma vez que possibilita a seleção de empresa especializada na prestação de serviços de lavação sem motor, com capacidade para atender de forma eficiente e contínua às necessidades de higienização dos veículos pertencentes à frota deste Poder Legislativo. A contratação direta confere maior celeridade ao processo, evitando a complexidade de um procedimento licitatório completo, ao mesmo tempo em que assegura a economicidade, a manutenção adequada dos veículos e a continuidade das atividades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Bambuí-MG.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD), além dos requisitos constantes neste Termo de Referência:

4.1.1. A empresa vencedora deverá apresentar toda a documentação necessária à habilitação, conforme Resolução nº 010/2024-CMB.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0677 – compraslicitacaocmb@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ/MG
FLS. _____
ASS. _____
PROC. _____/2026

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

5.1 Os serviços a serem contratados são classificados comuns, pois sua execução pode ser padronizada, sendo passível de detalhamento por meio de especificações objetivas. As características destes são suficientemente conhecidas e descritas de maneira clara, permitindo a comparação entre as propostas e a escolha da mais vantajosa para a Administração Pública.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

6.1. O orçamento estimado da contratação será divulgado após o julgamento das propostas de preços, visando estimular a competitividade e viabilizar a negociação de maneira mais natural, em consonância com o interesse público.

6.1.1. Nesse sentido já se manifestou o TCU:

“No caso, a Administração **não divulgou a planilha e contratou com preços inferiores em 50% a esta**”. (Fonte: TCU. Processo nº 500.117/96-9. Decisão nº 097/1997- Plenário)”
(grifo nosso)

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas dotações orçamentárias nº:

Órgão:	01	Legislativo
Unidade:	01.01	Gabinete e Secretaria do Presidente
Subunidade:	01.01.10	Gabinete e Secretaria da Presidência
Função Programática	01.031.0101.2001	Manutenção do Corpo Legislativo
Elemento da Despesa	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica

Bambuí, 26 de março de 2026.

LUCIANO CARDOSO GONTIJO
Presidente da Câmara Municipal de Bambuí



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG
CNPJ: 00.259.997/0001-07
Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000
Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ-MG
FLS. _____
ASS. _____
PROC. _____/2026

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° ____/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° ____/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG, inscrita no CNPJ sob o n° 00.259.997/0001-07, localizada à Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370, Centro, CEP 38900-000, na cidade de Bambuí – MG, neste ato representada por seu Excelentíssimo Senhor Presidente Vereador Luciano Cardoso Gontijo, brasileiro, casado, CPF 025.029.726-47.

CONTRATADO (A): _____, localizado (a) _____, cadastrado (a) no CNPJ sob o n° _____, neste ato representada por _____, portador do CPF _____

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertados o presente Contrato para prestação de serviço de _____, conforme Cláusula 1ª – DO OBJETO.

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de _____.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dos preços:

2.1.1 A Contratante pagará ao (à) Contratada o valor de R\$ _____ (_____) mensalmente, pela prestação de serviço que é objeto deste Contrato.

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		R\$	R\$
TOTAL ANUAL			R\$

2.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.2.1 As notas fiscais deverão ser emitidas a favor da Câmara Municipal de Bambuí/MG, no primeiro dia subsequente à prestação dos serviços que são objeto deste Contrato e o pagamento deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias, após a entrega da Nota Fiscal.

2.2.2 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, e seu vencimento ocorrerá 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

2.2.3. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.2.3.1. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

2.2.4 O pagamento das notas fiscais seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à Contratada manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária no orçamento vigente, sendo:

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se em __/__/____, podendo ser rescindido ou prorrogado a critério das partes.

4.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1. O (A) Contratado (a) fica obrigado (a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que o total do Contrato mais o aditivo não ultrapasse o limite estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1. A Contratante se obriga a:

a) Proporcionar ao (à) Contratado (a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante o que estabelece a Lei nº 14.133/2021.

b) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços.

c) Indicar o responsável pela fiscalização e recebimento da prestação dos serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



d) Comunicar ao (a) CONTRATADO (A) toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

e) Providenciar os pagamentos ao (à) CONTRATADO (A) à vista das Notas Fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO (A) CONTRATADO (A)

7.1 Promover a prestação de serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se pela qualidade dos mesmos.

7.2 Refazer os serviços que são objeto deste Contrato e que não se adequarem às especificações.

7.3 Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

7.4 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

7.5 Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas neste Processo de Dispensa de Licitação.

7.6 Apresentar em tempo hábil as certidões negativas solicitadas pela Contratante.

7.7 A execução contratual dar-se-á através da prestação dos serviços, na forma a seguir:

a) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo (a) fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

b) A empresa contratada emitirá nota fiscal dos serviços que são o objeto desta contratação, com base na prestação dos serviços, a qual deverá conter todas as informações pertinentes.

CLÁUSULA 8ª - DA EXTINÇÃO

8.1. O instrumento contratual, firmado em decorrência de dispensa de licitação, poderá ser extinto de conformidade com o disposto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da prestação dos serviços, objeto deste Contrato, será exercida por um representante da Contratante.

9.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se considerados em desacordo com os termos do presente Contrato.

CLÁUSULA 10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Incorre em infração administrativa o prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do Contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida neste Processo de Dispensa;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

X - considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores de serviço, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - propor recursos manifestamente protelatórios desta Dispensa;

XIV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XV - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do Contrato;

XVI - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVII - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XVIII - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do Contrato;

XIX - tolerar, no cumprimento do Contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XX - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXI - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXII - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXIII - induzir a Administração em erro;

XXIV - apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXVI - subcontratar serviço em Contrato em que não há essa possibilidade;

XXVII - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

10.2 O prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do Contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do Contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o Contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste Aviso;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste Aviso;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1,



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Aviso;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste Aviso;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do Contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida neste Processo de Dispensa;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o Contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução total do Contrato;
- c) fraudar o Processo de Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato.
- d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Processo de Dispensa;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o Processo de Dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato.
- b) cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do Contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

10.3 Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG
CNPJ: 00.259.997/0001-07
Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000
Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ-MG
FLS. _____
ASS. _____
PROC. _____/2026

CLÁUSULA 11 – DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 12 – DOS REAJUSTES

12.1. Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor do Contrato poderá ser corrigido monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste.

12.2 A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA 13 – DA PUBLICAÇÃO

13.1. O extrato do presente Contrato será publicado no órgão de divulgação oficial da Câmara Municipal de Bambuí-MG e no PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A CONTRATADA observará o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso, para execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA 15 – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Bambuí/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



Bambuí, ____ de _____ de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ

CONTRATANTE

CNPJ: 00.259.997/0001 – 07

(NOME DA EMPRESA)

CONTRATADA(O)

CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG
CNPJ: 00.259.997/0001-07
Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro
BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000
Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



ANEXO III

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE PROPOSTA

PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____ apresenta à Câmara Municipal de Bambuí/MG, inscrita sob o CNPJ nº 00.259.997/0001-07, proposta de preços cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de lavação sem motor dos veículos pertencentes à frota deste Poder Legislativo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na tabela abaixo, pelo valor de R\$ _____ (_____ reais).

Concordo que a Câmara Municipal de Bambuí/MG só realize o pagamento **após a execução dos serviços e a apresentação da Nota Fiscal** na Câmara Municipal de Bambuí, localizada à Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370, Centro, Bambuí/MG.

Declaramos que no preço proposto estão computados todos os custos necessários para a prestação dos serviços, bem como todos os **TRIBUTOS, FRETES, SEGUROS, ENCARGOS TRABALHISTAS, COMERCIAIS** e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o presente objeto e que influenciam na formação dos preços desta proposta.

Tenho ciência de que a contratação será **MENOR PREÇO GLOBAL** e, dessa forma, o preço da proposta permanecerá inalterado.

Tenho ciência ainda de que serão deduzidos os impostos previstos em lei das empresas **não optantes pelo Simples Nacional**.

Estou ciente também das seguintes obrigações:

- CNPJ
- Regularidade junto ao fisco federal, estadual e municipal
- Regularidade do FGTS e trabalhista
- Não ser considerada inidônea ou ímproba
- Não estar suspensa ou proibida de contratar com o Poder Público.

O prazo de validade de nossa proposta é de _____ (____) dias, contados da data de sua apresentação. (Prazo não inferior a 60 dias).

Informamos que o prazo para a entrega desta Proposta de Preços a esta Casa Legislativa é de até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do seu envio por e-mail. Decorrido esse prazo, a utilização de eventual proposta apresentada fora do estabelecido, ficará a cargo da Administração, tendo em vista ou não a urgência da contratação.

ITEM	OBJETO	QUANT ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de lavação, sem motor, dos veículos pertencentes à frota deste Poder Legislativo.	40 lavagens mediante demanda num período de 12 meses.		



CÂMARA MUNICIPAL DE BAMBUÍ – MG

CNPJ: 00.259.997/0001-07

Avenida João Paulinelli de Carvalho, 370 – Centro

BAMBUÍ – MINAS GERAIS - CEP 38.900-000

Fone (37) 3175 - 0672 – compraslicitacaocmb@gmail.com



Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone para contato:

Nome do responsável pela cotação:

E-mail da empresa:

Prazo de entrega:

Data:

Assinatura do responsável:

Bambuí, 23 de março de 2026.

HAROLDO TEIXEIRA LOPES
Câmara Municipal de Bambuí